



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO Nº 22/2023

PROPOSTA

Nº 263 /2023/DURB/GAPRU

Realizada em 04/10/2023

DELIBERAÇÃO Nº 983/2023

Assunto: Processo N.º 351/21

Titular do Processo: EUGEN SCHMIDT

Requerimento N.º: 6791/23

Requerente: EUGEN SCHMIDT

Local: RUA DEPUTADO HENRIQUE CARDOSO 53 55 E 57

Freguesia: UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETÚBAL (SÃO JULIÃO, NOSSA SENHORA DA ANUNCIADA E SANTA MARIA DA GRAÇA)

O Técnico: PEDRO MIGUEL ALMEIDA ANDRADE

Data: 2023/09/26

PROPOSTA DE: Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício habitacional.

Nos termos do disposto do art.º 20º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro, com a redação em vigor (adiante RJUE), foram apresentados, projetos de especialidades para um edifício.

Trata-se do prédio inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 516, da União de Freguesias de Setúbal, com área de 65,56m².

Pela Deliberação de Câmara n.º 662/2023, foi aprovado o projeto de arquitetura referente à alteração e ampliação da edificação, devendo o requerente no prazo de 6 meses apresentar diversos projetos de especialidades.

Analizados os projetos de especialidades, verifica-se que os mesmos reúnem condições de aceitação.

Assim, face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal de Setúbal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea y) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, e nos termos do n.º 1 do art.º 5º do RJUE, a concessão da licença de construção, ficando a emissão deste título condicionada:

- Ao Pagamento da **TRI**U - Taxa de Reforço de Infraestruturas Urbanísticas, cujo **valor será 1.724,38€** (mil setecentos e vinte e quatro euros e trinta e oito cêntimos).
Conforme estabelecido no art.º 51º do RTORMS;
- Ao pagamento do encargo de Mais-Valia no valor de **31,97€** (trinta e um euros e noventa e sete cêntimos).
Conforme previsto no DL 46950 de 9 de Abril de 1966;

- Parecer da DGPC, nomeadamente acompanhamento arqueológico.

Nos termos do disposto no artigo 76.º do RJUE, no prazo de um ano, a contar da data da notificação do presente ato de licenciamento, deve ser requerida a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito, nos termos do artigo 3.º da Portaria nº 216-E/2008, de 3 de março.

Mais se propõe a aprovação em minuta da parte da ata referente à presente deliberação, de acordo com o nº 3 do art.º 57º da Lei n.º 75/2013, na redação em vigor.

O TÉCNICO



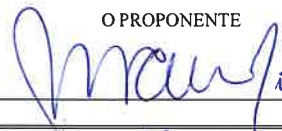
O CHEFE DE DIVISÃO

Rita Lilhena Balseiro.

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO

Jaaco Ramalhes de Silva

O PROPONENTE



APROVADA / ~~REJEITADA~~ por : Votos Contra;

 Abstenções; 11 Votos a Favor.

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ACTA



Aprovada em minuta, para efeitos do disposto dos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º, da Lei n.º 75 2013, de 12 de setembro.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

